



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A DESCONSIDERAÇÃO DA QUESTÃO RACIAL NO URBANISMO PAULISTANO

ANA CLÁUDIA CASTILHO BARONE¹

Resumo: A consolidação do urbanismo em São Paulo como campo de conhecimento autônomo se deu entre 1930 e 1957, em função de uma crescente busca de independência em relação ao urbanismo sanitaria, dominado pela figura dos médicos, e em relação ao urbanismo de projetos e de obras, liderado pelos engenheiros. Podemos considerar como marcos históricos desse processo a elaboração do primeiro plano compreensivo de São Paulo, o Plano de Avenidas, de 1930, e a primeira proposta de zoneamento para toda a cidade, de 1957. Entretanto, um aspecto fundamental dos problemas flagrados na cidade nesse período foi totalmente omitido na formulação da disciplina nascente: trata-se da questão racial. Nossa hipótese de pesquisa é de que a omissão da questão racial como premissa na formulação do urbanismo compreensivo e universalista contribuiu para reiterar a produção de uma cidade racialmente segregada e desigual, pois continuou promovendo um processo de expulsão dos negros das áreas com melhor disponibilidade de infraestruturas da cidade, iniciado com os projetos sanitaria e de embelezamento das primeiras décadas do século XX.

PALAVRAS-CHAVE

Racialização no urbanismo paulistano; negros em São Paulo; omissão da questão racial

A DESCONSIDERAÇÃO DA QUESTÃO RACIAL NO URBANISMO PAULISTANO

The social sciences have never been able effectively to address race and racism. This is not a mysterious thing; it is a result of the deep implication of the disciplines in the organization of racial oppression (Howard Winant).

Entre os pesquisadores do campo do urbanismo em São Paulo e no Brasil, a questão das disputas pela ocupação do território urbano é estudada a partir de um recorte epistemológico dado majoritariamente pela teoria marxista, que privilegia sua compreensão como uma das dimensões da luta de classes. Um desenvolvimento dessa problemática incide diretamente sobre as formas como a questão da desigualdade urbana, por exemplo, entendida como a diferenciação das oportunidades de ocupação do território da cidade por parte de distintos grupos sociais, é tida como um problema de diferenciação entre classes sociais.

¹ Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (anabarone@usp.br).



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Em que medida, no entanto, o recorte por classes não vem, no caso paulistano, se interseccionar a uma outra leitura possível, reveladora de outras dimensões do problema urbano, colocada nos termos da questão racial? A partir do mapeamento de indicadores de ocupação do território urbano por raça, começa a se descortinar um novo campo de investigações, com novas perguntas, revelando que os padrões de segregação que a cidade adotou historicamente não se impuseram apenas como uma questão de classes sociais, mas também no âmbito racial. Seja porque a população negra ocupou lugares em piores condições na cidade, seja porque foi expulsa dos bairros centrais, ou porque os bairros ocupados pelas classes de renda média e alta construíram-se pelo isolamento da população branca, ou ainda porque aparece neles em diversas funções, mas nunca na residencial, o que se forma é um padrão de segregação que conclama a dimensão racial como variável analítica.

Na cidade de São Paulo, durante o século XIX, o negro estava presente nas áreas públicas centrais, como os largos do Correio e da Sé, ou das Igrejas do Carmo, São Bento e São Francisco onde se improvisavam terreiros para batuques religiosos ou mercados para a comercialização de ervas de cura. Outras localizações negras importantes foram o quilombo do Saracura, na altura do atual bairro do Bixiga, e o bairro da Liberdade. Com a intensificação da imigração na cidade, esses bairros passaram a ser ocupados por imigrantes majoritariamente italianos e japoneses, deixando aos negros que os precederam as áreas junto aos cursos d'água, fundos de vales encortiçados e miolos das quadras (Rolnik, 1989).

Em termos das manifestações culturais da população negra, também se verifica sua presença no centro da cidade, nesse período. Nas primeiras décadas do século XX, formaram-se os primeiros cordões carnavalescos. Sua localização denuncia uma nova frente de ocupação para o grupo negro: os bairros da Barra Funda, dos Campos Elísios e do Glicério (Simson, 1984). Esses bairros, não por acaso, localizam-se junto à várzea alagável dos rios Tietê e Tamanduateí.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

É possível identificar na historiografia consolidada sobre o processo de urbanização e consolidação do urbanismo em São Paulo uma relação, ainda que indireta, entre as origens dos problemas urbanos e a questão racial em pelo menos cinco momentos: a implementação da legislação da propriedade privada da terra (1830-1850); a política de incentivo à imigração (1872-1920); a interdição de cortiços nas áreas urbanas (a partir de 1893); as obras urbanísticas implementadas durante o governo de Antônio Prado, com vistas à europeização da cidade (1899-1911) e a eugenia interferindo no ordenamento do espaço urbano (sobretudo durante a década de 1920).

Parte importante da literatura sobre as origens do problema fundiário urbano no Brasil relaciona as desigualdades sociais por ele engendradas ao processo de desintegração da ordem escravocrata e à negação das possibilidades de acesso à terra à população pobre (Martins: 1979). Martins aponta que a medida “alterava fundamentalmente as funções da imigração. Além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital”. Embora a pobreza não fosse exclusiva ao grupo de libertos da escravidão nesse período, a relação entre a Lei de Terras e a lei de extinção do tráfico no Brasil, ambas de 1850, deixa claro que os menos favorecidos no direito à terra foram os negros que conquistavam sua liberdade a partir de então. Pereira (2004) avança ainda em reflexão sobre o valor do trabalho necessário para a compra da liberdade por um escravo de ganho, e na equiparação entre o valor de um escravo e o de uma propriedade imobiliária, no estudo de um caso de alforria realizado com base nessa troca.

A partir de 1872, a política subsídios e propagandas do governo brasileiro para o fomento à imigração levou a cidade de São Paulo a um crescimento demográfico jamais registrado. No início da década de 1890, a população cresceu à taxa de 28% ao ano, passando de 64.934 habitantes em 1890 a 130.775 em apenas três anos (Morse, 1970). Como resultado direto desse processo, ao longo do período em que persistiu o incentivo à imigração, São Paulo registrou uma sensível diminuição da participação de negros na sua composição demográfica. Em última instância, a



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

política estimulada e financiada pela elite cafeeira e pelo governo engendrava o branqueamento da população da cidade.

Com o crescimento demográfico abrupto experimentado no período, a escassez de moradias constituiu um problema grave a ser enfrentado. Formaram-se cortiços, alojamentos coletivos improvisados em uma mesma edificação, onde cada família ocupa um cômodo e as dependências sanitárias (cozinhas e banheiros) são comuns a todos. Entre os seus habitantes, reuniam-se famílias negras e imigrantes pobres. Sob a justificativa do enfrentamento da ameaça de surtos epidêmicos, o poder público adotava medidas de controle, expressas no Código Sanitário de 1894 e na fiscalização dos cortiços, por meio da inspeção, da desinfecção, isolamento, fechamento, demolição ou até queima de moradias. O combate a doenças epidemiológicas como a febre amarela e o cólera constituíram o contexto para a intervenção nas unidades pobres de moradia e o disciplinamento do espaço urbano, resultando no fechamento de cortiços e na remoção de moradores em diversas cidades brasileiras (Chalhoub, 1996; Bonduki, 1998).

No urbanismo, a ideologia do branqueamento do pós-abolição e Primeira República correspondeu às reformas urbanas inspiradas nas capitais europeias a que foram submetidas suas cidades. Em São Paulo, a europeização configura-se como a forma privilegiada assumida pela reforma dos espaços públicos urbanos sobretudo ao longo do extenso mandato de seu primeiro prefeito, o Conselheiro Antônio Prado (Simões Jr., 2004; Segawa, 2000; Pereira, 2004). Deputado da República pelo Partido Conservador entre 1869 e 1972, foi nomeado prefeito de São Paulo em 1899 e permaneceu nesse posto até 1911. Entre as obras de reformulação urbana que promoveu durante esse longo período, destacam-se a reforma do Vale do Anhangabaú com a criação do jardim e a construção do Teatro Municipal, a construção de um novo Viaduto do Chá para acomodação de novos bairros de elite nos Campos Elíseos e na Luz, a reurbanização do Parque D. Pedro II, a estação da Luz e a remoção da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A história da Irmandade do Rosário constitui uma passagem emblemática do sentido racial da europeização. Até 1904, a Igreja do Rosário (localizada na atual Praça Antônio Prado) abrigava, além da nave do edifício sacro, um conjunto de apartamentos onde residiam famílias negras ligadas à irmandade. Sua demolição foi promovida pelo órgão público, que transferiria a nave da Igreja para o Largo do Paissandu, junto à Av. S. João, portanto fora do triângulo central. A transferência da Igreja para o novo endereço, entretanto, não acolheu a irmandade, nem tampouco as famílias negras ali hospedadas: somente a nave nova foi construída, relegando essas pessoas à sua sorte, marco emblemático do tratamento dado pelo poder público às famílias indesejadas nas áreas de interesse para o processo de urbanização.

Sem as estruturas necessárias para ancorar o crescimento urbano induzido no período, a própria cidade passou a ser objeto de preocupação e problematização. O centro dessas preocupações girava em torno da questão da salubridade e do controle de epidemias que pudessem atingir a população urbana (Hochman, 1998). A dupla vertente da ordem sanitária - dotação de infraestrutura de saneamento na cidade e intervenção em moradias - fundamentou as origens do urbanismo moderno em São Paulo (Bresciani, 2010; Lira, 1999). O enquadramento dessas políticas apoiava-se na consolidação do higienismo, mentalidade predominante na orientação das políticas de saúde pública que passava a fundamentar as reformas urbanas nas cidades de todo o mundo ocidental a partir do final do século XIX (Topalov, 1999).

O higienismo esteve amplamente ancorado no debate em torno da formação da nação brasileira e da definição do seu povo. Nesse sentido, o problema da “raça brasileira” torna-se central. A necessidade de garantia da unidade nacional passava a depender da criação de um imaginário subordinado à equação “um estado = uma nação = um povo = uma cultura” (Silvério, 2013). O pressuposto ideológico do branqueamento da raça atendia amplamente à necessidade de se criar um horizonte unificado para o povo brasileiro, que se pudesse espelhar por um ideal republicano de universalidade, ao mesmo tempo em que criava condições para acomodar a auto-imagem do país como uma democracia racial (Guimarães, 2011).



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Um dos desdobramentos desse debate refletiu-se na formulação da teoria da eugenia, que consiste na higienização da sociedade por meio da sua limpeza, esterilização e purificação. A eugenia condicionava a regeneração da nação à regeneração da raça, aplicando-se técnicas de seleção artificial da espécie humana, chegando a justificar a discriminação e até mesmo a eliminação de elementos não puros. A influência da eugenia sobre o pensamento urbanístico da época justificava a posição contrária à concentração demográfica e ao processo urbanização vigente na cultura urbana paulista ao longo de todo o século XX e exerceu um enorme papel no sentido de regular e disciplinar a vida social das populações, visando “eliminar a heterogeneidade da cidade por meio da eugenia” (Marques, 1994).

Durante as décadas de 1940 e 1950, o processo mais acelerado de urbanização em São Paulo, agora baseado em migrações internas, acirrou a expulsão dos grupos negros das áreas centrais. A própria iniciativa pública de realização de obras de urbanização nesse período foi grande responsável por essa forma de expulsão. A nova concentração dos negros nesse período se localiza em bairros como a Casa Verde, a Vila Formosa, a Freguesia do Ó, o Parque Peruche e o Bosque da Saúde. A concentração de famílias negras nesses bairros indica o início de um processo de periferização, com uma nova modalidade de ocupação: os loteamentos clandestinos (Rolnik, 1989).

Ao mesmo tempo, é ao longo desse período também que emerge o fecundo debate de consolidação das ideias do urbanismo moderno em São Paulo, apoiado das proposições teóricas e formulações compreensivas de Luis Ignácio de Anhaia Melo, Francisco Prestes Maia e Louis-Joseph Lebreton. No entanto, ainda que sejam desse período as principais teorias urbanísticas para São Paulo, inclusive com forte amplo apelo para o equacionamento das questões sociais, a questão racial, que foi um eixo fundamental da composição dos problemas urbanos, não pesou nessas elaborações.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Se durante a Primeira República a questão urbana em São Paulo aparece fortemente racializada na reconstituição historiográfica, no final da década de 1930 a problematização racial do urbanismo simplesmente desaparece. Podemos pressupor que alguns fatores importantes concorrem para isso, tanto na esfera local como na regional, nacional e também internacional:

1. a desconsideração dos negros como sujeitos históricos e sociais, decorrente da preponderância da ideia de que precisariam de tutela para se inserirem adequadamente na sociedade moderna;
2. o êxito da ideologia do branqueamento nas práticas do urbanismo da Primeira República, expressas, por exemplo, na reforma urbana de Antônio Prado e na institucionalização do modelo higienista de intervenção sobre o espaço urbano;
3. a hegemonia da ideia de que o Brasil constituía uma democracia racial;
4. o afastamento intencional do debate da questão racial em todos os campos da esfera pública, em função de sua relação com o nazismo;
5. a tendência crescente de se fazer análises sobre o espaço urbano a partir de um recorte por classes sociais;
6. a pretensão universalista do urbanismo moderno, que se constrói pelo esfumaçamento da questão racial (entre outras), engendrado a partir do encaminhamento dos processos sociais aqui enunciados.

Um intenso trabalho vem sendo realizado pela historiografia para reinterpretar o papel dos negros no processo de abolição, com o objetivo de desconstruir ideias como a de que os libertos precisaram de tutela para conduzir suas orientações políticas ou que suas dificuldades de adaptação à nova ordem assalariada eram uma “herança da escravidão”. Para Albuquerque (2010), essa interpretação começa a ser formulada no seio do movimento abolicionista, por ninguém menos que Rui Barbosa. A autora lembra que o Águia de Haia, no afã de defender a paz social na República, classificou o grupo negro como “raça emancipada”, atribuindo aos brancos o papel de “raça emancipadora”, atualizando vínculos de proteção e gratidão e estabelecendo, dessa forma, uma relação de dívida dos primeiros para com os segundos.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

Na sociologia paulista, a proposição de que a desigualdade racial presente na sociedade brasileira poderia ser explicada por um fator de passividade negra tem origem na forma como foi interpretada a reificação do escravo. Porque o escravo era classificado juridicamente como objeto, a tendência explicativa dominante foi entender que sua condição social estaria totalmente capturada por essa definição jurídica. Os escravizados seriam tidos como seres inferiores não apenas pelos senhores, mas também por eles próprios, em um processo de naturalização de sua imagem como coisa (Chalhoub, 2011, 40-48, em crítica à obra de Cardoso e Gorender). A autoimagem dos próprios escravos como inferiores funcionava como chave explicativa para uma interpretação que lhes retirava qualquer poder ou capacidade de agir autonomamente ou, por outra, de participar ativamente no processo de sua emancipação.

Com o fim da escravidão, de acordo com essa leitura, o sentimento de inferioridade teria se prolongado e mantido, impedindo a adaptação dos negros ao mercado de trabalho assalariado de maneira competitiva, de forma que sua inserção ficou restrita aos piores postos e posições. Ao estudar o caso de São Paulo, o próprio Florestan Fernandes, em seu livro pioneiro de 1954, propõe essa argumentação como explicação para as desigualdades raciais no mercado de trabalho e nas condições sociais na ordem assalariada. De acordo com sua interpretação, a anomia do grupo negro a partir do fim da escravidão foi condicionada por uma espécie de herança persistente do período anterior, que não se dissolveu com a transformação da ordem econômica, perpetuando-se na ordem competitiva. Segundo o autor, essa perpetuação teria se dado porque o negro ficou desprovido de tutela por parte da elite, do Estado e da Igreja para adaptar-se e integrar-se na nova configuração social. A crítica a essa interpretação foi elaborada por Andrews (2007), que demonstrou o papel proeminente do Estado, em associação com a elite local, ao financiar a vinda de imigrantes brancos e dar prioridade a eles nas contratações durante o período da Primeira República. Esse teria sido o mecanismo histórico que levou o negro aos



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

postos de trabalho menos remunerados, condicionando uma desigualdade que nada tinha a ver com a condição de ex-escravizados do grupo preterido.

Outro importante trabalho tem sido desenvolvido atualmente, com vistas a procurar compreender as estruturas que operaram nas ideologias do branqueamento, da mestiçagem e da democracia racial no Brasil (Albuquerque, 2010; Guimarães, 2011; Silvério, 2013). Na passagem das décadas de 1920 para 1930, a ideologia do branqueamento foi amplamente substituída por uma nova forma ideológica, mais abrangente, a mestiçagem, que redundaria em uma autoimagem positiva da nação Brasileira, constitutiva de uma democracia racial, em contraste com a situação geral tensionada das relações raciais no contexto internacional.

Esse debate se insere em uma reflexão mais ampla realizada por esses mesmos autores com o intuito de apresentar a diversidade de valores e sentidos da República tal como se deu historicamente no Brasil. Albuquerque demonstra como o negro, assim que conquista a abolição, some como sujeito social, justamente por força do modo como se conduziu a defesa dos ideais e valores republicanos. É importante pensar como, por um conjunto de motivos, o negro também desaparece da pauta do debate das disciplinas modernas que estão se consolidando no país nesse período.

Outros fatores são passíveis de investigação, mas a partir desses brevemente analisados acima é possível perceber como é complexo o panorama da desconsideração do negro como sujeito social no urbanismo teorizado e praticado em São Paulo. Nossa hipótese de trabalho é de que a década de 1950 seja um período privilegiado para se observar e analisar essa questão. Durante a década de 1950 registra-se uma mudança significativa no padrão de ocupação do território da metrópole, ligada a uma transformação importante do processo migratório que contribuiu para a composição demográfica urbana. No campo do urbanismo, nesse período também se define um debate que modificaria as formas de intervenção na cidade, completamente inócuo em relação à temática racial. Os principais agentes desse debate são os urbanistas Prestes Maia, Anhaia Mello e Louis-Joseph Lebreton. Ao mesmo tempo, tem-se nesse período uma significativa intervenção do poder



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

público em obras de melhoramentos urbanos como a implantação do Perímetro de Irradiação e a retificação do rio Tietê, que fomentaram a expulsão de população das áreas urbanas marcadas pela presença negra.

No período em análise, São Paulo crescia a um ritmo de 5,6% ao ano. Esse crescimento se devia a um incremento cada vez mais crescente da migração interna de populações provenientes sobretudo dos estados do Nordeste brasileiro, mas também do Norte e dos demais Estados do Sudeste. A atração de população para São Paulo, decorrente de diversos fatores, intensificou e transformou o processo de metropolização, dando início a uma nova configuração, com a formação de uma periferia distante da área central, cujo padrão de urbanização marcou-se pela ausência de infraestrutura urbana e pela autoconstrução.

Essa nova configuração demográfica e espacial metropolitana também engendrou alterações no padrão de racialização na forma de ocupação urbana. Se o primeiro boom demográfico em São Paulo havia sido incentivado por uma política de fomento à imigração europeia branca, levando à diminuição relativa da participação dos negros na composição demográfica da cidade, a nova onda migratória compunha-se por uma população tanto branca como negra e mestiça. No entanto, se na configuração urbana resultante do processo de imigração do final do século XIX houve uma relevante permanência dos negros em bairros tradicionais da cidade, como a Bela Vista, Santa Ifigênia, Consolação e Santana, a nova onda migratória dos anos 1940 e 50 vai engendrar uma outra concentração negra, em bairros como Casa Verde, Peruche, Vila Formosa, Bosque da Saúde e Penha, resultando em uma nova organização territorial nos bairros das zonas Norte, Sul e Leste da cidade.

A despeito de, nesse período, as principais formas da organização da população negra em São Paulo já terem apresentado resultados políticos, tanto em termos da circulação de ideias por meio dos periódicos da imprensa negra quanto na organização do movimento em torno da Frente Negra Brasileira (Ferrara, 1985; Moura, 1983; Domingues, 2007; Silva, 2012), aparentemente a repercussão sobre a



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

condição de ocupação urbana por parte da população negra foi bastante reduzida. Ao longo do período, os negros foram sendo paulatinamente expulsos dos espaços que ocupavam originalmente na cidade. Nesse sentido, a década de 50 é um período importante desse processo, sobrepondo três processos urbanos fundamentais: a mudança da composição demográfica da cidade, a reformulação do centro infraestruturado e a formação da periferia. É esse o contexto em que aparecem as principais formulações urbanísticas compreensivas sobre a cidade, que levariam a um debate importante sobre a disciplina, definindo modos de intervenção na cidade que perduraram no tempo e permanecem até hoje.

O engenheiro Francisco Prestes Maia concebeu em 1930 o Plano de Avenidas, primeiro plano compreensivo para a cidade, no qual estabelecia uma forma para o crescimento urbano apoiada numa estrutura viária de grandes avenidas organizadas em eixos radiais e vias perimetrais (Prestes Maia, 1930; Meyer, 1991; Leme, 1990). Depois disso, o idealizador do plano tornou-se prefeito da capital por duas vezes, uma durante a década de 1940 e outra na de 1960. Nos seus mandatos, uma das orientações mais importantes do ponto de vista da política urbana foi a implementação de parte do plano, abrindo amplas avenidas no território da cidade. Essas obras constituíram vetores de expulsão das populações originalmente ocupantes dos bairros por onde se rasgaram as avenidas do plano de Prestes Maia (Prestes Maia, 1945; Campos, 2002).

O engenheiro Luís Ignácio de Anhaia Mello foi um dos mais intensos defensores do urbanismo em São Paulo. Em seus escritos, publicados nos Boletins do Instituto de Engenharia ou pronunciados como discurso no âmbito da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, explicava e defendia a adoção de instrumentos legais de regulação do solo urbano, de controle da expansão e da verticalização da cidade, de segregação funcional, de polinucleação e de financiamento de políticas de provimento de infraestrutura urbana. Todos esses mecanismos, na visão de Anhaia Mello, deveriam ser implementados por um corpo de técnicos atuantes no planejamento da cidade, dentro do órgão público, com independência em relação à orientação política do governo. As ideias defendidas por ele foram amplamente incorporadas às práticas



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

de planejamento urbano em São Paulo, sobretudo a partir de sua influência na Universidade de São Paulo, como fundador e principal urbanista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Meyer, 1991; Arasawa, 1999; Feldman, 2005; Siqueira, 2015).

O francês Louis-Joseph Lebreton foi um padre dominicano que exerceu uma forte influência no urbanismo paulistano a partir da década de 1940. A primeira vez que esteve em São Paulo, realizou um estudo sobre as condições de habitação na cidade, fazendo um importante levantamento da precariedade urbana, por amostragem. Alguns anos depois, em 1956, retornou à cidade para realizar um novo estudo, mais completo e abrangente, onde diagnosticou a condição dos serviços e equipamentos urbanos disponíveis nos bairros da metrópole, apresentando um mapeamento nunca antes realizado da realidade urbana em São Paulo. Fundador do movimento Economia e Humanismo na França, o Pe. Lebreton associava o pensamento marxista a uma ética liberal cristã. Sua interpretação estava orientada para a superação da etapa de subdesenvolvimento em que entendia estar situado o país (Lamparelli, 1995; Cestaro, 2009; Roldan, 2012).

Apesar de suas divergências, as três vias de concepção do urbanismo formulado como disciplina integral capaz de interferir no processo de urbanização propunham o zoneamento como instrumento prioritário de ordenamento territorial para o enfrentamento da questão urbana em São Paulo. O zoneamento é um recurso legal de política urbana amplamente utilizado na contemporaneidade. Ele pode ser compreendido como um instrumento de estabilização do valor do solo urbano e como uma ferramenta de planejamento social. Diversos autores trataram do zoneamento como um instrumento de controle do uso do solo e de reforma social (Campos Filho, 2001; Feldman, 2005). Entre as formas de controle social oferecidas pelo zoneamento urbano destacam-se, por exemplo, a exclusão de usos incompatíveis no espaço (como uma indústria e um hospital) ou o afastamento de usos indesejáveis em áreas residenciais (como uma estação de tratamento de resíduos), mas também a eliminação de usos precários em bairros nobres.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

A consolidação do zoneamento como instrumento de planejamento acontece ao longo das décadas de 1910 e 1920 na Alemanha e nos Estados Unidos, com propósitos e resultados bastante diferentes. Na Alemanha se priorizou o uso do zoneamento compreensivo, ou seja, adotado com precisão para a cidade como um todo, com o objetivo de regular um amplo aspecto de intervenções do Estado no território urbano visando a reforma social: no urbanismo Alemão, o zoneamento incorporou a concepção de bairros projetados para as classes populares e construídos pelo poder público, de forma a promover o desenvolvimento urbano a partir da organização dos bairros operários (Mancuso, 1978). Nos Estados Unidos, o mesmo instrumento é utilizado de forma fragmentada em determinados trechos ou bairros da cidade, com o objetivo de proteger o valor imobiliário das áreas reguladas: por meio da determinação legal do uso e da ocupação do solo em cada área, fica garantido o afastamento e a exclusão de usos indesejados. Assim, no caso americano, a luta pela orientação do processo de planejamento e da provisão de serviços públicos por meio do zoneamento tornou-se uma questão política, derrotada na arena executiva em face dos interesses imobiliários em questão (Walker, 1941). A forma adotada pelo zoneamento em São Paulo foi influenciada por esse tipo de apropriação do instrumento.

O debate norte-americano sobre o zoneamento iniciado no começo do século XX em algumas cidades do sul ganha uma conotação racial dentro do escopo do seu “interesse social”. Na cidade de Baltimore, em 1910, realizou-se um plano de zoneamento propondo a segregação entre negros e brancos por zonas, que foi implementado e perdurou por sete anos, quando foi declarado inconstitucional. Depois disso, ainda que o zoneamento racial fosse proibido, ele era defendido como instrumento em diversas outras cidades do país e seus efeitos podiam ser sentidos na regulação proporcionada pela aplicação do zoneamento compreensivo (Silver, in: Thomas e Rizdorf, 1997).

Em São Paulo, a primeira vez que se utilizou um dispositivo legal para regular o uso e a ocupação de uma área discriminada como zona foi em 1931, em um bairro



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

exclusivamente residencial de alto padrão. A versão do instrumento legal incorporada ao caso paulistano que prevaleceu foi, portanto, a da proteção do valor imobiliário. A partir desse primeiro caso, seguiram-se outros, sempre com a mesma finalidade de restringir o uso em bairros residenciais de elite. Até que em 1949 começaram a surgir projetos de lei com zoneamentos compreensivos, incluindo zonas industriais e zonas mistas, mas as prerrogativas do planejamento dos serviços públicos para elas orientados e a reforma social necessária para regular o funcionamento da cidade nunca foram implementadas (Feldman, 2005).

Assim, as visões do zoneamento absorvidas em São Paulo disputavam o conceito de zoneamento compreensivo e lidavam com a defesa do interesse social e dos valores imobiliários. Não há menção na literatura paulistana sobre a questão racial. De fato, o moderno urbanismo oferecia-se como uma ciência ou disciplina de caráter universalista e o Brasil apresentava-se como uma democracia racial. A questão racial não se colocava como uma pauta para o urbanismo paulistano. Seu efeito, porém, implicava importantes condicionamentos para a segregação racial que se veria registrar a partir de então, de maneira cada vez mais contundente na cidade.

As três vias do urbanismo paulistano engendrado naquele momento passaram ao largo da questão racial que, no entanto, constituía e condicionara tão fortemente o pensamento e a intervenção sobre a cidade no período anterior. No caso de Prestes Maia, o urbanismo voltou-se prioritariamente para o equacionamento do problema da dotação de uma rede de infraestruturas, sobretudo viárias, para permitir a expansão vertical e horizontal da metrópole. No caso de Anhaia Mello, a aspiração universal contida no moderno urbanismo servia ao fim de estabelecer critérios para o ordenamento territorial, a partir do que o autor denominava como “bem público” ou “interesse coletivo”. No caso do Pe. Lebrez, a orientação humanista voltava a atenção para o problema da precariedade urbana, em um recorte que privilegiava a pobreza como categoria central. Dessa forma, ao longo do período, consolidando o zoneamento como mecanismo de proteção do valor do solo, a pobreza como categoria fundamental da questão social urbana e a dotação de infraestruturas e



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

projetos como fim último do urbanismo, a disciplina acabou por desconsiderar a questão racial como eixo importante na formulação de suas hipóteses de trabalho e instrumentos de intervenção.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra. 2010. "A vala comum da 'raça emancipada': abolição e racialização no Brasil, breve comentário". In: *História Social*, n. 19.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. 1992. *A peste e o plano*. São Paulo: FAUUSP (mestrado).

ANDREWS, George Reid. 2007. *Negros e Brancos em São Paulo*. Cotia: Ateliê Editorial.

ARASAWA, Cláudio. 1999. *A árvore do urbanismo de Luiz de Anhaia Mello*. São Paulo: FFLCH (mestrado).

BASTIDE, Roger, 2008. *Brancos e negros em São Paulo*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan, 1951. *O preconceito racial em São Paulo*. São Paulo: Publicações do Instituto de Administração.

_____, 1955. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.

BERTUCCI, Liane Maria. 1997. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo, 1891-1925*. Campinas: MCMU.

BONDUKI, Nabil. 1998. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP.

BRESCIANI, Maria Stella M. 2010. "Sanitarismo e configuração do espaço urbano". In: Simone Lucena Cordeiro. (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização (1893)*. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de S. Paulo, v. , p. 15-38.

BRITTO, Iêda Marques, 1986. *Samba na cidade de São Paulo (1900 1930): um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH-USP (Antropologia, v. 14).

CAMPOS, Andrelino, 2007. *Do quilombo à favela. A produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

CAMPOS, Cândido Malta. 2002. *Os Rumos da Cidade. Urbanismo e Modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac.

CAMPOS, Cristina de. 2002. *São Paulo pelas lentes da higiene. As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925-1945)*. São Paulo: Rima/Fapesp.

CESTARO, Lucas Ricardo. 2009. **Urbanismo e humanismo: a SAGMACS e o estudo da “estrutura urbana da aglomeração paulistana”**. São Paulo: EESC-USP, dissertação (mestrado).

CHALHOUB, Sidney, 1990. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
_____, 1996. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras.

COSTA, Luis Augusto Maia. 2003. *O ideário urbano paulista na virada do século. O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. São Paulo: Rima/Fapesp.

COUTO, Rita Cristina Carvalho de, 1994. *Eugenia, loucura e condição feminina no Brasil. As pacientes do sanatório Pinel e o discurso dos médicos e dos leigos durante a década de 1930*. São Paulo: FFLCH (mestrado).

_____, 1999. *Nos corredores do Pinel: eugenia e psiquiatria*. São Paulo: FFLCH (doutorado).

ROLDAN, Dinalva Derenzo. 2012. *Um ideário urbano em desenvolvimento: A experiência de Louis Joseph Lebreton em São Paulo 1947-1958*. São Paulo: FAUUSP (mestrado).

DOMINGUES, Petrônio, 2004. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac.

_____, 2007. “Movimento Negro Brasileiro: Alguns Apontamentos Históricos”. *Revista Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*: v. 23: p. 100-122.

_____, 2008. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro Edições.

EISENBERG, P. 1987. “Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE, n. 17, v. 2, pp. 175-216, maio/ago.

FARIA, Lina. 2007. *Saúde e Política. A fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. São Paulo: Editora Fiocruz.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

FELDMAN, Sarah. 1998. "Anhaia Mello e a Comissão do Plano da Cidade: o plano para além da esfera técnica". In: *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 5, Campinas: Puccamp.

_____, 2005. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo (1947-1972)*. São Paulo: Edusp/FAPESP.

FERNANDES, Florestan, 1955. *Relações sociais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: UNESCO/Anhembi.

_____, 1959. *Negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____, 1965. *A integração do negro na sociedade de classes*. Vol I. O legado da "raça branca". São Paulo: Dominus/USP.

_____, 1972. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel.

_____, 1989. *Significado do protesto negro*. São Paulo, Cortez.

_____, 1994. *Consciência negra e transformação da realidade*. Câmara dos Deputados, Brasília.

FERRARA, Miriam Nicolau, março/agosto de 1985. "A imprensa negra paulistana (1915/1963)". In: *Revista Brasileira de História*, v. 05, no. 10, pp 197-207, São Paulo.

FREYRE, Gilberto; THOMAZ, Omar Ribeiro (org.), 2001. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

FREYRE, Gilberto, 2003. *Casa-grande e Senzala*. 48ª ed. São Paulo: Global Editora.

_____, 2004. *Sobrados e mucambos*. 15ª ed. São Paulo: Global Editora.

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. "A Lei de Terras (1950) e abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX". *Revista de História*, 120 p. 153-162, jan/jul. 1989.

GODINHO, Marta Teresinha, 1955. *O Serviço Social das Favelas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Serviço Social.

GONZALES, Lélia; HASENBALG Carlos, 1985. *Lugar do Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; MACEDO, Márcio José de, 2008. "Diário Trabalhista e Democracia Racial Negra dos Anos 1940". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, n.º 1, p. 143-182.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, 1999. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo, ed. 34.

_____, novembro de 2001. “A Questão Racial na Política Brasileira (Os últimos quinze anos)”. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, n. 13 (2, p.121-142).

_____, Jul.-Dez. 2011. “A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra, a igualdade é branca, a fraternidade é mestiça)”. In: *Contemporânea*, n. 02, 17-36.

HANCHARD, Michael, 2001. *Orfeu e Poder. Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

HASENBALG Carlos; SILVA, Nelson do Valle, 1988. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice/IUPERJ.

HOCHMAN, Gilberto. 1998. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec/Anpocs.
JESUS, Carolina Maria de, 1996. *Meu estranho diário*. São Paulo: Xamã.

_____, 2007a. *Diário de Bitita*. Sacramento: Bertolucci.

_____, 2007b. *Quarto de despejo, diário de uma favelada*. São Paulo: Ática.

JESUS, Matheus Gato de. 2015. *Racismo e decadência. Sociedade, cultura e intelectuais em São Luis do Maranhão*. São Paulo: FFLCH (doutorado).

LAMPARELLI, Celso Monteiro. 1995. “Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil – crônicas tardias ou história prematura”. In: **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo: FAUUSP, p. 27-54, n.5, março-abril.

LEME, Maria Cristina da Silva. 1990. *Revisão do Plano de Avenidas: um estudo sobre planejamento urbano em São Paulo (1930)*. São Paulo: FAUUSP (doutorado).

_____, Novembro de 1991. “A formação do pensamento urbanístico em São Paulo, no início do século XX” . In: *Espaço e Debates*. São Paulo, n. 34.

LIRA, José Tavares Correia de. 1999. “O urbanismo e seu outro: Raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945)”. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, pp. 47-78.

MACEDO, Márcio José de, 2005. *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)*. São Paulo: FFLCHUSP (Dissertação de Mestrado).



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

- MANCUSO, Franco. 1980. *Las experiencias del Zoning*. Barcelona: Gustavo Gili.
- MARQUES, V. B. 1994. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Unicamp.
- MARTINS, José de Souza, 1979. *O Cativo da terra*. São Paulo: LECH.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.
- MEYER, Regina, Maria Prospery. 1991. *Metrópole e Urbanismo. São Paulo nos anos 50*. São Paulo: FAUUSP (doutorado).
- MORSE, Richard. 1970. *Formação Histórica de São Paulo. De comunidade a metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- MOTA, André e Marinho, MARIA Gabriela S. M. (org.). 2011. *Práticas médicas e de saúde nos municípios paulistas: a história e suas interfaces*. São Paulo: FMUSP.
- _____, 2013. *Eugenia e História: ciência, educação e regionalidades*. São Paulo: FMUSP.
- MOTA, André. 2005. *Tropeços da Medicina Bandeirante. Medicina paulista entre 1892 e 1920*. São Paulo: Edusp.
- MOURA, Clóvis, 1983. *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global editora.
- MUNANGA, Kabengele, 1986. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática.
- NASCIMENTO, Abdias do, 1978. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, 1982. *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____, 1985. *Povo Negro: a sucessão e a "Nova República"*. Rio de Janeiro: Ipeafro.
- _____, 2002. *O Quilombismo*. Brasília: Fundação Cultural palmares & OR Produtor Editor, 2.^a edição.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. 1988. *Espaço, técnica e construção*. São Paulo: Nobel
- _____. 2004. *São Paulo, a construção da cidade (1872-1914)*. São Paulo: Rima/FAPESP.
- PINTO, Regina Pahim. 1993. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. São Paulo: FFLCH-USP (Tese de Doutorado).



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

PRESTES MAIA, Francisco. 1930. *Estudo para um Plano de Avenidas para São Paulo*. São Paulo: PMSP.

_____. 1945. *Os Melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: PMSP.

RATTS, Alex, 2012. “Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzales”. In: SANTOS, R. E. (org) *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: De Petrus, pp. 216-243.

RIBEIRO, Maria Alice. 1993. *História sem fim... Inventário da Saúde Pública*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Unesp/Abrasco.

ROLNIK, Raquel, 1989. “Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro”. In: *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.

_____, 1997. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP.

ROMERO, Marisa. 2002. *Medicalização da saúde e exclusão social*. São Paulo: Edusc.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos, 1998. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 – 1915)*. São Paulo: Anna Blume e FAPESP.

SANTOS, Joel Rufino dos, 1980. *O que é racismo*. São Paulo: Brasiliense, 2.^a edição.

SANTOS, Renato Emerson (org) , 2012. *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: De Petrus.

SÃO PAULO (cidade) , 1962. *Desfavelamento do Canindé*. Divisão do Serviço Social da PMSP.

SEGAWA, Hugo. 2000. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial.

SILVA, Josenilda, 2003. “A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro nos anos 40 e 50”. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 2, pp. 215-236.

SILVA, Marcos Virgílio da, 2005. *Naturalismo e biologização das cidades na constituição da ideia de meio ambiente urbano*. São Paulo: FAUUSP (mestrado)

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. 2012. “Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)”. In: *Lua Nova*, no. 85, São Paulo.



SALVADOR E SUAS CORES [2018]
CIDADES DA DIÁPORA NEGRA, LAÇOS ÁFRICA-BRASIL

SILVÉRIO, Valter. 2013. "Multiculturalismo e metamorfoses na racialização: notas preliminares sobre a experiência contemporânea brasileira". In: *Sociologia e mudança social no Brasil e na Argentina*. São Carlos: Compacta, 2013.

SIMÕES JR., José Geraldo. *Anhangabaú: História e Urbanismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von, 1984. *Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano (1914-1988)*. Campinas: Editora da Unicamp.

SIQUEIRA, Renata. 2015. *A inserção da FAUUSP no campo de arquitetura e urbanismo em São Paulo: as contribuições de Anhaia Mello e Vilanova Artigas*. São Paulo: FAUUSP (mestrado).

SKIDMORE, Thomas. 1976. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TEIXEIRA, José Paulo; RATTIS, Alex. 2012. "A cidade e os terreiros: religiões de matriz africana e os processos de invisibilidade e (in)tolerância no espaço urbano. In:

SANTOS, Renato Emerson (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: De Petrus, v. 1, pp. 332-361.

TELAROLLI JR., Rodolpho. 1996. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Unesp.

THOMAS, June Manning; RITZDORF, Marsha (org). 1997. *Urban planning and the African American community: in the shadows*. Thousand Oaks: Sage.

TINHORÃO, José Ramos. Fevereiro de 1992. "Salvador deu capoeira, Recife deu Frevo, Rio deu samba. E São Paulo: não deu em nada?". In: *D.O. Leitura*. São Paulo, v.10, n.117.

TOPALOV, Christian. 1999. *Laboratoires du nouveau siècle. La nebuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris: Éditions de l'ÉHESS.

WALKER, Robert Averill. 1941. *The Planning Function in Urban Government*. Chicago: The University of Chicago.

WINANT, Howard. 2000. "Race and Race Theory". In: *Annual Review of Sociology*, vol. 26, pp. 169-185